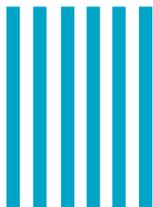


CICLISTA E O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

DIREITOS
E DEVERES



CLAUDILÉA PINTO





SUMÁRIO

- 4 **INTRODUÇÃO**
- 6 **ANEXO I**
DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES
- 7 **CAPÍTULO III**
DAS NORMAS GERAIS
DE CIRCULAÇÃO E CONDUTA
- 15 **CAPÍTULO IV**
DOS PEDESTRES E CONDUTORES
DE VEÍCULOS NÃO MOTORIZADOS
- 16 **RESOLUÇÃO Nº 465,**
DE 27 DE NOVEMBRO DE 2013
- 18 **CAPÍTULO V**
DO CIDADÃO
- 20 **CAPÍTULO IX DOS VEÍCULOS**
SEÇÃO II - DA SEGURANÇA
DOS VEÍCULOS
- 22 **CAPÍTULO XV**
DAS INFRAÇÕES
- 32 **CAPÍTULO XX**
DISPOSIÇÕES FINAIS
E TRANSITÓRIAS
- 34 **DICAS DA ANTP**
PARA TRANSPORTAR SUA BICICLETA
EM ÔNIBUS INTERESTADUAL
- 36 **DADOS IMPORTANTES**

CICLISTA E O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

DIREITOS
E DEVERES



Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997

CICLODICAS PARA VOCÊ PEDALAR COM SEGURANÇA

POR CLAUDILÉA PINTO



Apoio:



janeiro - 2017



O Código de Trânsito Brasileiro, em 1998, tratou a bicicleta como deveria, colocando-a como veículo de propulsão humana e implantando o direito do ciclista trafegar pelas vias das cidades e estradas do país.

Assim, ganhamos direitos e deveres quanto ao uso, dando comprometimento ao ciclista de também observar cuidados para não infringir as leis.

Claudiléa Pinto fez uma coletânea dos artigos do CTB que fazem referência aos ciclistas, com ajuda de interpretação do Sr. Eloir O. Faria, Engenheiro da Secretaria Municipal de Transportes do Rio de Janeiro.

COMENTÁRIO

Ganhamos representação, deixamos de ter um brinquedo, assim eram nossas bicicletas. Mesmo para os incrédulos quanto às leis de nosso país e sua eficácia, conseguimos dar um grande passo para o início de nossas conquistas. E mesmo ainda não sendo regulamentada, já existem municípios usando essas leis para organizar suas cidades atribuindo deveres para nós ciclistas.

ANEXO I DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para efeito deste Código adotam-se as seguintes definições:

- **BICICLETA** - veículo de propulsão humana, dotado de duas rodas, não sendo, para efeito deste Código, similar à motocicleta, motoneta e ciclomotor.
- **BICICLETÁRIO** - local, na via ou fora dela, destinado ao estacionamento de bicicletas.

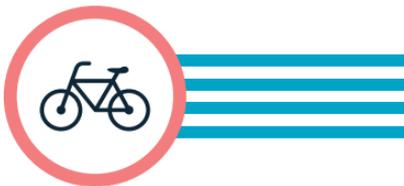


CAPÍTULO III DAS NORMAS GERAIS DE CIRCULAÇÃO E CONDUTA

Art.27. Antes de colocar o veículo em circulação nas vias públicas, o condutor deverá verificar a existência e as boas condições de funcionamento dos equipamentos de uso obrigatório, bem como assegurar-se da existência de combustível suficiente para chegar ao local de destino.

Art. 28. O condutor deverá, a todo momento, ter domínio de seu veículo, dirigindo-o com atenção e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito.





Art.29. O trânsito de veículos nas vias terrestres abertas à circulação obedecerá às seguintes normas:

I - a circulação far-se-á pelo lado direito da via, admitindo-se as exceções devidamente sinalizadas;

II - o condutor deverá guardar distância de segurança lateral e frontal entre o seu e os demais veículos, bem como em relação ao bordo da pista, considerando-se, no momento, a velocidade e as condições do local, da circulação, do veículo e as condições climáticas;

IV - quando uma pista de rolamento comportar várias faixas de circulação no mesmo sentido, são as da direita destinadas ao deslocamento dos veículos mais lentos e de maior porte, quando não houver faixa especial a eles destinada, e as da esquerda, destinadas à ultrapassagem e ao deslocamento dos veículos de maior velocidade;

IX - a ultrapassagem de outro veículo em movimento deverá ser feita pela esquerda, obedecida a sinalização regulamentar e as demais normas estabelecidas neste Código, exceto quando o veículo a ser ultrapassado estiver sinalizando o propósito de entrar à esquerda;

Art. 35. Antes de iniciar qualquer manobra que implique um deslocamento lateral, o condutor deverá indicar seu propósito de forma clara e com a devida antecedência, por meio da luz indicadora de direção de seu veículo, ou fazendo gesto convencional de braço.

Parágrafo único. Entende-se por deslocamento lateral a transposição de faixas, movimentos de conversão à direita, à esquerda e retornos.



COMENTÁRIO

No Capítulo III vamos ter 7 artigos que são de nosso interesse diretamente ou que condizem com nossa atenção junto aos motoristas. Neste art. 35 indico sua importância onde devemos além de estar atentos, sempre gesticular as manobras que iremos fazer, inclusive o de frear, que é muito perigoso quando estamos em grupo.

Art.38. Antes de entrar à direita ou à esquerda, em outra via ou em lotes lindeiros, o condutor deverá:

(I) ...

(II) ...



Parágrafo único. Durante a manobra de mudança de direção, o condutor deverá ceder passagem aos pedestres e ciclistas, aos veículos que transitem em sentido contrário pela pista da via da qual vai sair, respeitadas as normas de preferência de passagem.

COMENTÁRIO

Seguindo a hierarquia de segurança, em ordem decrescente, os veículos de maior porte serão sempre responsáveis pela segurança dos menores.

Art. 39. Nas vias urbanas, a operação de retorno deverá ser feita nos locais para isto determinados, quer por meio de sinalização, quer pela existência de locais apropriados, ou, ainda, em outros locais que ofereçam condições de segurança e fluidez, observadas as características da via, do veículo, das condições meteorológicas e da movimentação de pedestres e ciclistas.

COMENTÁRIO

Artigo claro para submeter a nossa segurança.



Art. 49. O condutor e os passageiros não deverão abrir a porta do veículo, deixá-la aberta ou descer do veículo sem antes se certificarem de que isso não constitui perigo para eles e para outros usuários da via.

Parágrafo único. O embarque e o desembarque devem ocorrer sempre do lado da calçada, exceto para o condutor.



COMENTÁRIO

Esse ato dos motoristas é muito comum, já houve vários acidentes. Devemos ter atenção aos veículos estacionados, olhando a presença de motorista e carona, alertando ou buzinando como indicação de nossa presença.

Art. 50. O uso de faixas laterais de domínio e das áreas adjacentes às estradas e rodovias obedecerá às condições de segurança do trânsito estabelecidas pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via.

COMENTÁRIO

Alguns artigos são mais polêmicos quanto ao livre acesso do ciclista pelas ruas e estradas do país. Quanto à proibição das concessionárias para o trânsito de bicicletas, o artigo 50 converge com os arts. 58, 244, 247. As concessionárias terão direito sobre a via, porém deverão dar as condições para o trânsito de bicicletas, de acordo com o artigo 247. Caso não seja possível a construção de ciclovias ou ciclofaixas, ou quando não houver acostamento, o ciclista poderá trafegar pelo bordo da pista de rolamento.

Art. 58. Nas vias urbanas e nas rurais de pista dupla, a circulação de bicicletas deverá ocorrer, quando não houver ciclovia, ciclofaixa ou acostamento, ou quando não for possível a utilização destes, nos bordos da pista de rolamento, no mesmo sentido de circulação regulamentado para a via, com preferência sobre os veículos automotores.

Parágrafo único. A autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via poderá autorizar a circulação de bicicletas no sentido contrário ao fluxo dos veículos automotores, desde que dotado o trecho com ciclofaixa.

COMENTÁRIO

Nos bordos da pista de rolamento, guiar na contramão, somente se houver ciclofaixa. Antes de sair de casa, trace um roteiro do seu trajeto, buscando sempre que possível circular por vias menos movimentadas e com melhor infraestrutura. Dessa forma você poderá evitar imprevistos.

Art. 59. Desde que autorizado e devidamente sinalizado pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via, será permitida a circulação de bicicletas nos passeios.

CAPÍTULO IV DOS PEDESTRES E CONDUTORES DE VEÍCULOS NÃO MOTORIZADOS

Art. 68. É assegurada ao pedestre a utilização dos passeios ou passagens apropriadas das vias urbanas e dos acostamentos das vias rurais para circulação, podendo a autoridade competente permitir a utilização de parte da calçada para outros fins, desde que não seja prejudicial ao fluxo de pedestres.

§ 1º O ciclista desmontado empurrando a bicicleta equipara-se ao pedestre em DIREITOS E DEVERES.



COMENTÁRIO

Sempre que estiver na contramão, em calçadas ou junto a pedestres, o ciclista deve desmontar da bicicleta. É claro que observando as condições. Para circular, principalmente nos centros urbanos, os ciclistas devem exigir seus direitos e reivindicar que o órgão público dê condições de circulação. Importante, quando transitar por calçadas, porte-se como pedestre: desmonte e ande empurrando a bicicleta. «Um trânsito melhor, se constrói com a ajuda de todos».

RESOLUÇÃO Nº 465, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2013

Dá nova redação ao Art. 1º da Resolução nº 315, de 08 de maio de 2009, do CONTRAN, que estabelece a equiparação dos veículos ciclo-elétrico, aos ciclomotores e os equipamentos obrigatórios para condução nas vias públicas abertas à circulação e dá outras providências. Resolve:

Art. 1º O parágrafo único do artigo 1º da Resolução CONTRAN Nº 315/2009 fica renumerado para § 1º.

Art. 2º Ficam incluídos os parágrafos 2º, 3º e 4º, no art. 1º da Resolução CONTRAN Nº 315/2009, com a seguinte redação:

§ 2º Fica excepcionalizado da equiparação prevista no caput deste artigo os equipamentos de mobilidade individual autopropelidos, sendo permitida sua circulação somente em áreas de circulação de pedestres, cicloviás e ciclo faixas, atendidas as seguintes condições:

I – velocidade máxima de 6 km/h em áreas de circulação de pedestres;

II – velocidade máxima de 20 km/h em cicloviás e ciclo faixas;

III – uso de indicador de velocidade, campainha e sinalização noturna, dianteira, traseira e lateral, incorporados ao equipamento;

IV – dimensões de largura e comprimento iguais ou inferiores às de uma cadeira de rodas, especificadas pela Norma Brasileira NBR 9050/2004.

§ 3º Fica excepcionalizada da equiparação prevista no caput deste artigo a bicicleta dotada originalmente

de motor elétrico auxiliar, bem como aquela que tiver o dispositivo motriz agregado posteriormente à sua estrutura, sendo permitida a sua circulação em ciclovias e ciclo faixas, atendidas as seguintes condições:

I – com potência nominal máxima de até 350 Watts;

II – velocidade máxima de 25 km/h;

III – serem dotadas de sistema que garanta o funcionamento do motor somente quando o condutor pedalar;

IV – não dispor de acelerador ou de qualquer outro dispositivo de variação manual de potência;

V – estarem dotadas de:

- a) indicador de velocidade;
- b) campainha;
- c) sinalização noturna dianteira, traseira e lateral;
- d) espelhos retrovisores em ambos os lados;
- e) pneus em condições mínimas de segurança.

VI – uso obrigatório de capacete de ciclista.

§ 4º Caberá aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos municípios e do Distrito Federal, no âmbito de suas circunscrições, regulamentar a circulação dos equipamentos de mobilidade individual autopropelidos e da bicicleta elétrica de que tratam os parágrafos 2º e 3º do presente artigo.

Art. 3º Fica revogada a Resolução CONTRAN Nº 375/11, de 18 de março de 2011.

CAPÍTULO V DO CIDADÃO

Art. 72. Todo cidadão ou entidade civil tem o direito de solicitar, por escrito, aos órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito, sinalização, fiscalização e implantação de equipamentos de segurança, bem como sugerir alterações em normas, legislação e outros assuntos pertinentes a este Código.

COMENTÁRIO

Combinado com o parágrafo 3º do art. 1º “Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro”, o art. 72 favorece condições para que o cidadão reclame seus direitos. No caso de acidente em que a causa foi de responsabilidade do poder público, é ele que tem que provar que não foi omissor ou negligente.

Art. 73. Os órgãos ou entidades pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito têm o dever de analisar as solicitações e responder, por escrito, dentro de prazos mínimos, sobre a possibilidade ou não de atendimento, esclarecendo ou justificando a análise efetuada, e, se pertinente, informando ao solicitante quando tal evento ocorrerá.



Parágrafo único. As campanhas de trânsito devem esclarecer quais as atribuições dos órgãos e entidades pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito e como proceder a tais solicitações.



CAPÍTULO IX

DOS VEÍCULOS

SEÇÃO II - DA SEGURANÇA

DOS VEÍCULOS

Art.105 (...)

VI - para as bicicletas, a campainha, sinalização noturna dianteira, traseira, lateral e nos pedais, e espelho retrovisor do lado esquerdo.

Na Resolução 46, de 21 de maio de 1998:

Art. 2º Estão dispensadas do espelho retrovisor e da campainha as bicicletas destinadas à prática de esportes, quando em competição dos seguintes tipos:

- I - Mountain bike (ciclismo de montanha);
- II - Down Hill (descida de montanha);
- III - Free Style (competição estilo livre);
- IV - Competição Olímpica e Panamericana;
- V - Competição em avenida, estrada e velódromo;
- VI - Outros.

COMENTÁRIO

Pela resolução, o ciclista poderá retirar os acessórios somente para competir.

Projeto de Lei 2956/04, que desobriga o uso de campainha e espelho retrovisor em bicicletas, já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, aguardando apreciação pelo Senado Federal.



CAPÍTULO XV DAS INFRAÇÕES



Art. 170. Dirigir ameaçando os pedestres que estejam atravessando a via pública, ou os demais veículos:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa e suspensão do direito de dirigir;

Medida administrativa - retenção do veículo e recolhimento do documento de habilitação.



COMENTÁRIO

O ciclista também poderá ser uma ameaça para o pedestre. Mantenha os equipamentos de segurança em bom estado e circule sempre com atenção e prudência, com as duas mãos no guidom e sem aparelhos eletrônicos plugado aos ouvidos.

Art. 171. Usar o veículo para arremessar, sobre os pedestres ou veículos, água ou detritos:

Infração - média;

Penalidade - multa.



COMENTÁRIO

Quando o condutor de veículos joga água ou detritos nos pedestres, além da infração, ele está faltando com a civilidade no trânsito.

* Ciclista, não perca nenhuma oportunidade de exercitar a cidadania e as boas práticas no trânsito.

Art.181. Estacionar o veículo:

VIII - no passeio ou sobre faixa destinada a pedestre, sobre ciclovia ou ciclofaixa, bem como nas ilhas, refúgios, ao lado ou sobre canteiros centrais, divisores de pista de rolamento, marcas de canalização, gramados ou jardim público:

Infração - grave;

Penalidade - multa;

medida administrativa - remoção do veículo;

X - impedindo a movimentação de outro veículo:

Infração - média;

Penalidade - multa;

medida administrativa - remoção do veículo;

Art. 193. Transitar com o veículo em calçadas, passeios, passarelas, ciclovias, ciclofaixas, ilhas, refúgios, ajardinamentos, canteiros centrais e divisores de pista de rolamento, acostamentos, marcas de canalização, gramados e jardins públicos:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa (três vezes).

Art. 196. Deixar de indicar com antecedência, mediante gesto regulamentar de braço ou luz indicadora de direção do veículo, o início da marcha, a realização da manobra de parar o veículo, a mudança de direção ou de faixa de circulação:

Infração - grave;

Penalidade - multa.

COMENTÁRIO

O mesmo que o art. 35, da importância de sempre sinalizarmos nossas atitudes.



Art. 201 . Deixar de guardar a distância lateral de um metro e cinquenta centímetros ao passar ou ultrapassar bicicleta:

Infração - média;

Penalidade - multa.



COMENTÁRIO

Devemos observar as condições das vias com seu tamanho, nesse caso. Esse artigo mostra o aspecto falho do CTB, que não deixou claro que aplica-se aos veículos automotores. Se este artigo for entendido que aplica-se aos ciclistas, todas as ciclovias deveriam ter larguras bem maiores que as atuais.

Art. 214. Deixar de dar preferência de passagem a pedestre e a veículo não motorizado:

- I - que se encontre na faixa a ele destinada;
- II - que não haja concluído a travessia mesmo que ocorra sinal verde para o veículo;
- III - portadores de deficiência física, crianças, idosos e gestantes:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa.



COMENTÁRIO

É comum ver motoristas, principalmente de ônibus, acelerando para intimidar pedestres antes de concluir a travessia.

Art. 217. Entrar ou sair de fila de veículos estacionados sem dar preferência de passagem a pedestres e a outros veículos:

Infração - média;

Penalidade - multa.

Art. 220. Deixar de reduzir a velocidade do veículo de forma compatível com a segurança do trânsito:

XIII – Ao ultrapassar ciclista.

Infração - grave;

Penalidade - multa.



Art. 244. Conduzir motocicleta, motoneta e ciclomotor:

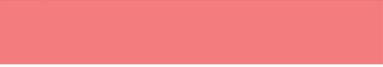
III - fazendo malabarismo ou equilibrando-se apenas em uma roda;

VII - sem segurar o guidom com ambas as mãos, salvo eventualmente para indicação de manobras;

VIII - transportando carga incompatível com suas especificações:

Infração - média;

Penalidade - multa.



§ 1º Para ciclos aplica-se o disposto nos incisos III, VII e VIII, além de:

- a) conduzir passageiro fora da garupa ou do assento especial a ele destinado;
- b) transitar em vias de trânsito rápido ou rodovias, salvo onde houver acostamento ou faixas de rolamento próprias;
- c) transportar crianças que não tenham, nas circunstâncias, condições de cuidar de sua própria segurança.



COMENTÁRIO

Esses parágrafos convergem com os artigos 58 e 247, e referem-se ao condutor de veículo motorizado.

Se o ciclista estiver atento as leis de trânsito e as normas de circulação, poderá fazer uso da mesma através do diálogo, caso venha ser abordado indevidamente pela fiscalização da via.

Art. 247. Deixar de conduzir pelo bordo da pista de rolamento, em fila única, os veículos de tração ou propulsão humana e os de tração animal, sempre que não houver acostamento ou faixa a eles destinados:

Infração - média;

Penalidade - multa.

COMENTÁRIO

Nesse art. diz que mesmo não tendo acostamento ou faixa devemos estar nos bordos das pistas. Segundo o CTB, "bordos" compreende tanto o lado esquerdo quanto o direito, sendo no mesmo sentido dos carros. Não se aplica nas vias de trânsito rápido, tendo em vista que o ciclista não tem acessibilidade.

Art. 255. Conduzir bicicleta em passeios onde não seja permitida a circulação desta, ou de forma agressiva, em desacordo com o disposto no parágrafo único do art. 59:

Infração - média;

Penalidade - multa;

Medida administrativa - remoção da bicicleta, mediante recibo para o pagamento da multa.



COMENTÁRIO

Não ganhamos ainda o espaço nas ruas como o CTB rege. Entretanto, dirigir em condições seguras, mantendo a atenção no trânsito, é dever do ciclista.



CAPÍTULO XX DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 320. A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito.

§ 1º O percentual de cinco por cento do valor das multas de trânsito arrecadadas será depositado, mensalmente, na conta de fundo de âmbito nacional destinado à segurança e educação de trânsito. (Redação dada pela Lei nº 13.281, de 2016).

§ 2º O órgão responsável deverá publicar, anualmente, na rede mundial de computadores (internet), dados sobre a receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito e sua destinação. (Incluído pela Lei nº 13.281, de 2016).

Art. 320-A. Os órgãos e as entidades do Sistema Nacional de Trânsito poderão integrar-se para a ampliação e o aprimoramento da fiscalização de trânsito, inclusive por meio do compartilhamento da receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito. (Incluído pela Lei nº 13.281, de 2016).



Art. 338. As montadoras, encarroçadoras, os importadores e fabricantes, ao comerciarem veículos automotores de qualquer categoria e ciclos, são obrigados a fornecer, no ato da comercialização do respectivo veículo, manual contendo normas de circulação, infrações, penalidades, direção defensiva, primeiros socorros e Anexos do Código de Trânsito Brasileiro.

COMENTÁRIO

É direito dos ciclistas, receber o manual de trânsito ao comprar a bicicleta.

DICAS DA ANTP PARA TRANSPORTAR SUA BICICLETA EM ÔNIBUS INTERESTADUAL.

 DIREITOS E DEVERES DE ACORDO
COM O DECRETO Nº 2.521/98:

CAPÍTULO VI, DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS (...)

SEÇÃO VII, Da Bagagem e das Encomendas:

Art. 70. O preço da passagem abrange, a título de franquia, o transporte obrigatório e gratuito de bagagem no bagageiro e volume no porta-embrulhos, observados os seguintes limites máximos de peso e dimensão:

I - no bagageiro, trinta quilos de peso total e volume máximo de trezentos decímetros cúbicos, limitada a maior dimensão de qualquer volume a um metro;



II - no porta-embrulhos, cinco quilos de peso total, com dimensões que se adaptem ao porta-embrulhos, desde que não sejam comprometidos o conforto, a segurança e a higiene dos passageiros.

Parágrafo único. Excedida a franquia fixada nos incisos I e II deste artigo, o passageiro pagará até meio por cento do preço da passagem correspondente ao serviço convencional pelo transporte de cada quilograma de excesso.

Art. 3º. inciso III, bagagem é definida como: conjunto de objetos de uso pessoal do passageiro, devidamente acondicionado, transportado no bagageiro do veículo; (Redação dada pelo Decreto nº 8.083, de 2013)

CAPÍTULO VI, DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

Art. 29. Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, são direitos e obrigações do usuário:
(...)

XI - transportar, gratuitamente, bagagem no bagageiro e volume no porta-embrulhos, observado o disposto nos artigos 70 a 75 deste Decreto;

XII - receber os comprovantes dos volumes transportados no bagageiro; (...)

DADOS IMPORTANTES

O USO DA BICICLETA
NO BRASIL VEM
CRESCENDO
A CADA DIA.



O consumo de energia no setor de transportes aumenta 4% ao ano (duplica a cada 20 anos). Metade dos transportes motorizados efetuam percursos inferiores a 5 km.

Acrescenta-se, ainda, a relação do sedentarismo com as doenças devido ao excessivo uso da motorização.

Automóveis particulares são responsáveis por mais de 50% das emissões de poluentes nas cidades, prejudicando a qualidade de vida.



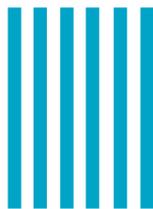
Pesquisa:
Código de Trânsito Brasileiro
Lei 9.503/97

Claudiléa Pinto – Léa
claudilea-bike@uol.com.br

Colaboração:
Eloir de O. Faria - Engenheiro da
Secretaria Municipal de Transportes
do Rio de Janeiro

F. José Lobo
Presidente da Associação Transporte Ativo

Distribuição gratuita
Direitos autorais concedidos pelos autores
deste manual



POR UM FUTURO MAIS LIMPO



A Associação TRANSPORTE ATIVO, é uma Organização da Sociedade Civil, voltada para qualidade de vida através da utilização dos Meios de Transporte Terrestre à Propulsão Humana nos Sistemas de Trânsito.

Defender, divulgar, promover em âmbito local, nacional e internacional, os Meios de Transporte Terrestre à Propulsão Humana como opção de transporte, turismo, trabalho, lazer, saúde e esporte; conscientizar sobre seu uso correto e seguro; desenvolver, promover, apoiar projetos e campanhas educativas, culturais e sociais, sempre visando a utilização de formas mais amigáveis e não poluentes de transporte, proporcionando assim cidades mais humanas.

PARTICIPE VOCÊ TAMBÉM!





ta.org.br contato@ta.org.br



